

NOVEMBRO 2025

NOTA PÚBLICA

Operação Contenção: Falhas de planejamento e violação do dever estatal de proteção.



**Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência**
contra Crianças e Adolescentes



NOTA PÚBLICA. Operação Contenção: Falhas de planejamento e violação do dever estatal de proteção
Nota Pública. Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes - Novembro,
2025. Esta Nota Pública foi aprovada pelo Fórum Ampliado da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência
contra Criança e Adolescentes, formado pelas 80 organizações membros no dia 04/11/2025 nos termos
do [Protocolo e Fluxo de Construção, Aprovação e Publicação de Posicionamentos](#) da Coalizão.

Operação Contenção, deflagrada em 28 de outubro de 2025 nos Complexos do Alemão e da Penha (Zona Norte do Rio de Janeiro), conduzida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro por meio das Polícias Civil e Militar, com mobilização superior a 2.500 agentes e cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão contra lideranças do Comando Vermelho¹.

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes **manifesta repúdio** diante das graves violações de direitos ocorridas durante a operação. Registros oficiais e reportagens de veículos públicos indicam um cenário de letalidade sem precedentes no estado. As informações divulgadas por fontes governamentais e por órgãos de controle apontam dezenas de mortes e prisões em larga escala, além da interrupção de serviços essenciais e de impactos diretos sobre a vida e o bem-estar de crianças e adolescentes.²

A execução da operação evidencia falhas de planejamento e de coordenação entre as instituições envolvidas. O uso de força letal em território densamente povoado, sem protocolos de proteção civil efetivos, revela a permanência de um padrão de atuação que ignora a proporcionalidade no uso da força e os parâmetros mínimos de segurança para populações civis. Diversas análises técnicas e manifestações públicas de instituições especializadas reforçam a constatação de que os parâmetros operacionais necessários a intervenções em áreas adensadas não foram integralmente observados, incluindo a necessidade de equipes com formação e experiência compatíveis com a complexidade da ação³.

A ausência de planejamento técnico integrado e de mecanismos consistentes de controle externo agrava o ciclo de violência e compromete a legitimidade do Estado, fragilizando sua capacidade de garantir um modelo de segurança baseado em direitos. As decisões e diretrizes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas, estabelecem parâmetros essenciais de planejamento, controle e redução da letalidade, que devem orientar todas as operações policiais em áreas habitadas⁴.

A persistência de estratégias de segurança que privilegiam o confronto armado e negligenciam o uso de inteligência e evidências compromete a eficiência estatal e impede a prevenção efetiva do crime organizado. A ausência de coordenação federativa e de integração entre investigação criminal e inteligência financeira, combinada à descontinuidade de políticas sociais e educacionais, contribui para a consolidação de redes ilícitas e de poderes locais não reconhecidos pelo Estado⁵

¹ Governo do Estado do Rio de Janeiro. Nota oficial sobre a Operação Contenção. Rio de Janeiro, 28 out. 2025.

² Agência Brasil (EBC). "Operação no Rio é a maior em 15 anos e a mais letal no estado", 28 out. 2025; "Balanço mais recente do governo registra 119 mortes em operação no Rio", 29 out. 2025.

³ Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Agência Brasil. "MPRJ acompanha desdobramentos da Operação Contenção", 29 out. 2025; "MPRJ envia técnicos periciais independentes ao IML", 29 out. 2025.

⁴ Supremo Tribunal Federal. ADPF 635 – ADPF das Favelas. Acórdão e homologação parcial do plano de redução da letalidade policial. Brasília, 3 abr. 2025.

⁵ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nota de repúdio à megaoperação policial no Rio de Janeiro. São Paulo, 29 out. 2025; Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec). Relatório sobre o uso de inteligência e integração federativa nas políticas de segurança pública. Rio de Janeiro, 2024.

Esse fenômeno se alimenta da descontinuidade das ações públicas nas periferias, onde a presença estatal costuma se restringir a ações repressivas, deixando descobertas as dimensões essenciais da vida comunitária, como educação, saúde, lazer e proteção social. **Sem políticas de base territorial que produzam pertencimento e perspectiva, o Estado perde progressivamente a capacidade de governar sobre os espaços que abandona, o que compromete o pacto social e fragiliza a democracia.**

Os impactos da ação se estenderam à rotina das comunidades. Escolas permaneceram fechadas, serviços de saúde foram suspensos, famílias ficaram confinadas e houve registros de danos físicos e psicológicos em moradores. Esses efeitos evidenciam a ineficácia de políticas públicas baseadas na lógica do confronto e demonstram a persistência de desigualdades territoriais e raciais que produzem experiências permanentes de insegurança. Órgãos de controle e entidades de defesa de direitos destacaram a necessidade de perícia independente e de investigação transparente e responsável⁶

A Coalizão reafirma que a segurança pública é uma política social e não um instrumento de exceção. O enfrentamento ao crime organizado deve ocorrer por meio da integração de inteligência, da coordenação federativa, da investigação financeira e do fortalecimento das políticas sociais nos territórios. A reconstrução de um modelo de segurança pública deve combinar prevenção, responsabilização e proteção, superando a lógica do extermínio e colocando os direitos humanos no centro da ação estatal. O Estado brasileiro tem o dever de assegurar respostas transparentes e eficazes, com investigação independente, controle civil das operações e reativação urgente dos mecanismos de proteção às vítimas. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RJ) encontra-se inoperante desde agosto de 2025, conforme nota oficial do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o que agrava o contexto de vulnerabilidade e impede respostas adequadas aos riscos gerados pela violência recente⁷

A Coalizão expressa **solidariedade às famílias e comunidades atingidas** e reafirma seu compromisso com a proteção integral de todas as crianças e adolescentes. A superação da violência não depende apenas da repressão ou da presença eventual do Estado, mas da sua capacidade de construir legitimidade cotidiana nos territórios onde hoje prevalecem formas paralelas de poder. O crime organizado atua segundo uma lógica de provisão de ordem e sobrevivência em contextos de ausência institucional, ocupando funções que o Estado abandonou, como a regulação de conflitos, o acesso a bens e a oferta de segurança informal. Essa racionalidade se sustenta no vácuo das políticas públicas e na fragilidade da confiança entre população e instituições.

⁶ Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Fiscalização das Operações Policiais em Comunidades do Rio de Janeiro – 1º semestre de 2024. Rio de Janeiro: GAESP/MPRJ, 2024.

⁷ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Nota Pública de Repúdio à Violência Estatal nas Operações Policiais no Rio de Janeiro. Brasília, 30 out. 2025.

Superar essa dinâmica exige políticas de segurança baseadas em inteligência e evidências, capazes de compreender os mecanismos sociais e econômicos que sustentam essas redes, e de substituí-los por respostas legítimas e duradouras. A construção de segurança pública com base em direitos requer continuidade administrativa, planejamento territorial e integração entre prevenção, proteção e responsabilização. **Um Estado que compreende as causas e as racionalidades da violência pode disputar sua lógica e restabelecer autoridade pela via da justiça e não do medo.**

São Paulo, 4 de novembro de 2025.



**Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência**
contra Crianças e Adolescentes

www.coalizaobrasileira.org.br

in /CoalizaoBrasileira

 /Coalizao.Brasileira

f /CoalizaoBrasileiraPeloFimDaViolencia